

A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Sérgio Conde de Albite Silva

Arquivista/Conservador, mestre em Memória Social e Professor do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

Resumo

Trata das estratégias de preservação da informação arquivística e da respectiva atuação do arquivista frente ao desafio de garantir durabilidade e permanência aos suportes que contêm os registros informacionais. Aborda a preservação da informação como parte indissociável da Arquivística e da Ciência da Informação. Entende que a atuação do arquivista em relação à preservação da informação depende do conhecimento técnico/científico para o diálogo interdisciplinar e da atuação política para participar das escolhas tecnológicas envolvidas.

INTRODUÇÃO

A Preservação, hoje, não pode mais considerar apenas o documento/suporte, mas a função social da informação materialmente registrada no suporte. Não deverá considerar apenas a causa do dano, mas as conseqüências do dano. Não será mais uma atividade de cunho individual, mas de atuação interdisciplinar. E a pergunta inicial não é mais apenas como preservar, mas por que preservar. O propósito deste texto é o de analisar o estágio atual das questões que tratam da preservação dos registros arquivísticos, levantando aspectos e procurando identificar limites e interseções possíveis entre a preservação da informação e a Arquivística, entendida como Ciência da Informação.

Até a não muito tempo atrás, as discussões sobre a reformulação da Arquivística eram alternadamente definidas como inadiáveis e impossíveis. Inadiáveis porque as contradições de ordem prática e a imprecisão de seu objeto científico frente às novas tecnologias e às novas possibilidades de produção e uso de informação ameaçavam o cumprimento da função social da Arquivística, tendo em vista o crescente distanciamento entre as necessidades da sociedade e do mercado com as possibilidades teóricas, conceituais e metodológicas da Arquivística para atender tais necessidades. Impossível porque a reformulação que se delineava exigia um grande esforço intelectual de seus profissionais que resultaria na revisão, se não no completo abandono, inevitavelmente, daquilo que se vinha aplicando no tratamento e na gestão de documentos correntes, intermediários e permanentes. Um certo espírito corporativo, ainda que não atingindo toda a área profissional, era suficientemente forte para deter qualquer esforço transformador. O principal aspecto dessa força era a recusa de um diagnóstico ao mesmo tempo geral e profundo, da delimitação clara do problema existente no estágio atual da Arquivística.

Algumas breves e tímidas reformas de códigos e diretrizes chegaram ser formuladas e tiveram o efeito de trazer à tona pistas sobre o muito que deveria ser feito, mas não foram suficientes para desfazer a resistência de uma prática profissional consolidada no tempo. Tal prática, exercida hegemonicamente, garantia espaços conquistados, e impedia ou retardava a reformulação que uma parte considerável da Arquivística desconfiava ser necessária e a sociedade exigia e entendia como urgente.

A partir da metade dos anos noventa, a Arquivística internacional (Terry Cook, Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, entre outros) e, mais timidamente, a brasileira (José Maria Jardim, Maria Odila Fonseca) iniciam uma revisão da matéria e expõe uma delimitação do problema, proporcionando um novo alento, materializado em alguns discursos com começo, meio e fim. Isto acionou um dispositivo intelectual diferente daqueles que até então haviam surgido. Estes autores começavam a apresentar perspectivas possíveis para uma Arquivística coerente com a dita Sociedade da Informação e com a Ciência da Informação. Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Real, em uma obra escrita em Português apresentam, com todas as letras, o que entendem ser o objeto científico da Arquivística, entendem que tal objeto é possível de ser “conhecido” e não apenas “fazido” e sugerem um método científico para produzir tal conhecimento. Algo mudou desde então, na Arquivística contemporânea.

A reestruturação da Arquivística requisita intensa atividade intelectual. Não acontecerá anonimamente nem de uma hora para outra. Os atores devem apresentar-se e o produto será resultado de um processo de construção. É estimulante e significativo que comecem a ser cada vez mais freqüentes as manifestações e sintomas desse ânimo transformador. A preservação da informação arquivística é parte desse processo. Uma prova disso é o espaço desta plenária neste I Congresso Nacional de Arquivologia.

CONCEITUAÇÃO

Uma breve abordagem conceitual é fundamental para a compreensão do que se vai expor.

Há algum tempo atrás, a preocupação com a durabilidade e a permanência dos documentos que compunham o patrimônio cultural era atendida por meio da restauração e da conservação, ambas voltadas para a recuperação do estado físico do suporte com os registros. Logo a seguir, começa a ganhar força a conservação preventiva. Hoje, a preocupação encontra-se integralmente voltada para resolver a equação "precisão e rapidez na transferência e disseminação da informação *versus* a segurança e a qualidade

(condições de uso) da informação disponível e disseminada". Sem espaço para entrar em análise mais profunda, entende-se ser importante, no entanto, uma delimitação mais explícita dos conceitos acima mencionados, base para a compreensão integral deste texto.

A restauração e a conservação são, hoje, entendidas como ações corretivas que intervêm na estrutura dos materiais, visando a melhorar o seu estado físico. Ambas implicam em tratamento individual, obra a obra, item a item. Mais precisamente, a conservação implica intervenção na estrutura dos suportes com o objetivo de assegurar uma vida a mais longa possível, possibilitando o acesso físico do documento a gerações futuras. É uma intervenção direta que deverá aumentar a esperança de vida do bem patrimonial, esteja ele em bom ou mau estado. A restauração implica intervenção na estrutura dos suportes com o objetivo de recuperar, o mais próximo possível, as condições originais desse suporte. É, também, uma ação direta que deverá valorizar o sentido, o significado, a mensagem do bem patrimonial em mau estado.

A conservação preventiva implica melhorias e controle do meio ambiente na área de guarda dos acervos, no acondicionamento, na armazenagem e no uso dos documentos com o objetivo de retardar o início do processo de degradação dos suportes. É uma intervenção indireta, preventiva, que considera a totalidade do acervo e dos agentes humanos (técnicos e usuários), sendo, pois, um tratamento realizado no e em função do conjunto do acervo.

Por sua vez, preservação "seria toda ação que se destina a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência e durabilidade aos materiais dos suportes que contêm a informação" (Albite Silva, 1998, p. 9). Isto significa que a preservação incorpora a restauração (recuperar), a conservação (salvaguardar), a conservação preventiva, e agrega o planejamento, o financiamento, as decisões administrativas e as escolhas políticas e tecnológicas. Ou seja, a preservação é toda e qualquer ação que, recorrendo à plataforma tecnológica disponível, aos conhecimentos técnico-científicos existentes e às políticas institucionais, visa a garantir estabilidade química e resistência mecânica aos materiais que compõem os suportes onde está registrada a informação. O seu impacto vai muito além da obra e do acervo.

Nesse sentido, a preservação é, por natureza, interdisciplinar. E, necessariamente, o profissional da informação, o arquivista, o bibliotecário, o documentalista, o gestor da informação, ou como quer que se chame, terá a sua atuação, para preservar a informação registrada em qualquer suporte material, condicionada por uma intervenção, também

necessariamente interdisciplinar. É assim que este profissional privilegia a preservação da informação em relação à preservação do suporte original. As suas decisões de caráter técnico, científico ou político deverão estar amparadas por um diálogo interdisciplinar. Não caberá ao "novo arquivista" despendar tempo a obturar furos e rasgos produzidos por anóbios ou térmitas em livros e documentos em papel, ou dar banhos de produtos perigosos e mal-cheirosos, com os quais não tem nenhuma intimidade de trato e conhecimento, para a remoção de fungos de fitas de áudio e vídeo. A sua atuação deverá se dar por meio do conhecimento e da política.

Ao arquivista caberá identificar a tempo a ameaça que a informação sofre ou poderá sofrer, por corrupção do material do suporte, por mau uso e acondicionamento, por suscetibilidade e limitações das tecnologias utilizadas, por diagnósticos precipitados ou inconsistentes, por decisões da hierarquia superior manifestadas nos orçamentos financeiros.

Evidentemente, que a atual diversidade dos suportes e da proliferação dos meios de produção, controle, armazenamento e distribuição da informação implicam na ampliação proporcional do conhecimento, do desempenho e da participação efetiva do profissional da informação. A Preservação, como a Arquivística, também pretende e esforça-se para deixar de ser empírica, artesanal e sensorial para ser técnica, científica e política.

No novo entendimento do que é preservação, o eixo da questão se desloca do tipo e da profundidade da intervenção de preservação sobre o acervo para as escolhas éticas, filosóficas, conceituais, ideológicas que assegurem durabilidade e permanência aos materiais com os registros e, por conseqüência, a transferência da informação. Isto implica em uma reformulação do dispositivo metodológico utilizado pelos profissionais da informação.

POLÍTICA E TECNOLOGIA

O bacharel em Arquivologia não é, *a priori*, um conservador/restaurador. Para que se torne um conservador/restaurador, terá de adquirir um conhecimento adicional e complementar. Estudaria física, biologia, química, engenharia dos materiais etc. Teria uma outra formação. No entanto, são, ainda, os arquivistas que têm a responsabilidade profissional de preservar a informação para que esta possa ser disseminada.

A estes profissionais cabe um papel central em relação aplicação das tecnologias, do conhecimento e da política para a preservação da informação. Não é uma questão

simples. É preciso que estes profissionais reconheçam o grau de complexidade do problema. Isto é, esta questão não deve ser entendida como uma questão meramente técnica. Nem apenas científica. Ela é, também, política. Envolve decisões e escolhas. É de caráter humano. É política e tecnológica. Envolve conhecimento e política.

A questão, hoje, não é mais apenas a questão da memória, da história, do patrimônio, da cultura, mas de toda a informação produzida pelas atividades humanas. Há uma contradição entre a necessidade de se preservar a informação e a de disseminá-la. Há uma contradição entre as necessidades e o uso da informação por parte da sociedade a qualquer tempo e lugar e as garantias de durabilidade e permanência oferecidas para essa mesma informação, por parte dos profissionais da informação. Jean Favier já afirmava que “se os arquivos tivessem sido menos úteis, seriam mais ricos”.

Esta situação acentua-se com a proliferação do uso das redes de comunicação e dos microcomputadores. As perdas dos registros eletrônicos/digitais/óticos/magnéticos se dão da mesma forma que as perdas dos registros dos documentos analógicos/convencionais. Ocorrem no universo microscópico. São perdas silenciosas. Quando aparecem, já é tarde demais. Mas há uma desvantagem adicional: a permanência dos registros eletrônicos/digitais nunca acontece por acaso. Depende de escolhas. Depende de planejamento. De decisões conscientes.

Ou posto de outra forma.

Se se aceita a impossibilidade de preservação da totalidade dos registros da experiência humana (no dizer de Ulpiano Bezerra de Menezes), isto implica em escolher. E se a escolha de um determinado acervo para preservação implica na “escolha” de um outro para deterioração (conforme Atkinson, 1997, p. 14.), então a preservação não depende apenas dos técnicos. Ela “pertence” aos que tomam as decisões. Ela pertence aos que escolhem. Como os arquivistas, os bibliotecários, os profissionais da informação podem atuar nesse contexto? Cabe oferecer aos seus interlocutores (os que decidem) os referenciais científicos e tecnológicos (conhecimento) e por meio dele (conhecimento) participar do processo de escolhas políticas e tecnológicas. Observa-se que há uma relação interdependente entre a plataforma tecnológica disponível e a forma e orientação das decisões políticas.

Entende-se que cabe aos profissionais da informação oferecer as orientações e as diretrizes técnicas e científicas capazes de embasarem as posteriores escolhas e decisões políticas. A ameaça diagnóstica na preservação da informação parece não estar nem na tecnologia em si, nem apenas nas decisões políticas, mas na fragilidade do

diálogo até agora empreendido e na avaliação mais precisa das necessidades e possibilidades existentes.

Sem perder a noção do contexto e de perspectiva, os profissionais da informação devem assumir o papel de atores políticos nesse processo. Reconhece-se a complexidade do problema apresentado, mas é exatamente neste quadro complexo e ainda indefinido no campo da preservação da informação que se podem obter os referenciais epistemológicos que assegurem ao futuro a integridade dos registros para a transferência e disseminação da informação.

Reconhece-se, então, uma dimensão política da tecnologia e uma dimensão tecnológica da política. Entre ambas, uma relação dialética.

Quem escolhe o quê, para quê e por que? Por que se microfilma? Por que se digitaliza? O que está sendo microfilmado? O que está sendo digitalizado? Como preservar a informação produzida eletrônica e digitalmente e existente exclusivamente em suporte ótico e magnético (*born digital documents*)? Conhecemos as tecnologias existentes? Conhecemos as possibilidades dos equipamentos? Conhecemos as tecnologias escolhidas? Como serão usadas tais tecnologias? Quais as possibilidades da sociedade usufruir as informações reformatadas? Microfilmar é a solução? Sempre? Para todo tipo de acervo e uso? Digitalizar é a solução? Sempre? Para todo tipo de acervo e uso? Há compatibilidade entre os diferentes *softwares* a serem utilizados para migração da informação? Haverá risco de perda de dados, inclusive de formatação, nessa migração?

A decisão de o quê preservar hoje e o por quê de tal preservação impõem que se conheçam as bases morais, éticas, filosóficas, epistemológicas e ideológicas que compõem os critérios que estabelecem as políticas de preservação. A participação do profissional da informação deverá se dar politicamente pela oferta de referenciais técnicos/científicos que possam influir nas opções e decisões políticas. No momento em que este for planejar as intervenções para a preservação da informação deverá pautar-se por diretrizes tais que assegurem um diálogo inteligível com técnicos de outras áreas de conhecimento (biólogos, químicos, conservadores/restauradores), necessariamente envolvidos na operação.

Alguns referenciais, nesse sentido, podem ser apontados, na tentativa de municiar o diálogo sugerido. Os tópicos listados devem ser entendidos como parâmetros para a atuação interdisciplinar do arquivista na preservação da informação. Apesar de divididos em itens, todos estão inteiramente relacionados e são interdependentes.

- 1) Conhecer a **função social** do objeto de intervenção, buscando identificar o grau de utilidade social do acervo que virá a receber o privilégio da intervenção para a sua preservação.
- 2) Observar a necessidade e a profundidade da intervenção proposta. Ou seja, pautar-se por um comportamento **ético**, onde a necessidade de intervir esteja clara. Há necessidade de intervenção? A informação sucumbirá, sem a intervenção de preservação? Há segurança na intervenção proposta? Os resultados satisfarão as necessidades identificadas? Até onde o arquivista “pode ir na intervenção” para preservar a informação?
- 3) Acompanhar a realização do **diagnóstico**, visando a garantir ser este preciso e metódico, onde a identificação da natureza do suporte, da natureza da informação e das causas da deterioração não deixe espaços para dúvidas e conjecturas. Quais as possibilidades físicas de intervenção? Qual a natureza da patologia? Qual o alcance e a segurança da tecnologia indicada?
- 4) Manter um “**diálogo**” constante com o objeto/acervo durante todo o tempo da execução da intervenção proposta, observando as suas reações.
- 5) Garantir a possibilidade de **reversão** do tratamento aplicado. Isto é, o tratamento escolhido deve assegurar alteração mínima nas condições originais do suporte e da informação e possíveis elementos adicionados devem poder ser removidos sem prejuízo ao suporte e à informação.
- 6) Atuar em estrita cooperação **interdisciplinar**, entendendo que a interdisciplinaridade valoriza as diferenças entre as disciplinas envolvidas na observação do objeto de intervenção. Ou seja, o objeto é observado pelas diferentes disciplinas e especialidades convocadas para tal, e isto deve ser valorizado, mas o resultado dessas observações e as propostas resultantes devem ser consensuais, conforme Hilton Japiassu (1976).
- 7) **Documentar** (por meio de atas, pareceres técnicos, fotografias, vídeos etc.) todos os aspectos do planejamento, do projeto e da execução da intervenção.

Há, ainda, que se considerar responsabilidades administrativas, identificar recursos financeiros e humanos, envolver todo o corpo institucional, salientar a importância da continuidade das intervenções, supervisionar as atividades, verificar os resultados, projetar as ações para que estas atendam ao desenvolvimento das coleções.

Com isso, aumenta-se em muito a possibilidade de o profissional da informação resolver a equação paradoxal existente entre acesso e preservação, entre a disseminação da informação e a permanência e a durabilidade dos registros no tempo e no espaço.

CONCLUSÃO

Como diz Hilton Japiassu, “é difícil e perigoso propor conclusões”.

Ainda que apontando alguns aspectos de ordem prática, procurou-se reforçar as novas possibilidades de atuação do arquivista em relação à preservação da informação. Procurou-se aproximar essas novas possibilidades de atuação das também novas circunstâncias da área de conhecimento, ou seja, a Arquivística e a Biblioteconomia entendidas como Ciência da Informação, onde a informação ocupa o lugar de objeto científico.

Compreende-se que a materialidade do documento remeta ao entendimento de que o objeto exclusivo de intervenção, por parte dos que se ocupam com a preservação dos acervos, seja o material dos suportes. No entanto, se considerarmos que a informação, para ser comunicável no tempo e no espaço, ainda exige um considerável grau de materialidade em algum momento de sua produção, acumulação e uso, os arquivistas e bibliotecários não podem deixar de lado aspectos técnicos, científicos e políticos de sua atuação profissional, de tal forma que assegurem permanência e durabilidade dos registros informacionais em qualquer tipo de suporte. Inclusive e principalmente, em relação aos registros eletrônicos/digitais/óticos/magnéticos, visto que estes são percebidos pelo senso comum como documentos com alto grau de “imaterialidade”.

Às dificuldades da preservação da informação registrada nos suportes tradicionais somam-se, hoje, as ainda ignoradas conseqüências das omissões técnicas e políticas em relação à informação produzida e existente apenas em meio ótico/magnético. Alguns sinais começam a indicar uma alteração na estrutura e no conjunto das análises desenvolvidas na área. Frente à urgência e ao tamanho do problema, tanto em relação à preservação da informação (em seus diferentes suportes) como em relação à definição dos referenciais teóricos da Arquivística e da Biblioteconomia o debate desenvolve-se

Isto tudo vem em boa hora e sinalizam melhorias substanciais na qualidade e na quantidade do pensar/fazer entre os atores da área, o que não diminui a capacidade, muito pelo contrário, de reconhecer as enormes lacunas ainda existentes, principalmente, em países periféricos, como o Brasil. Não dependemos de algum salvador que nos

resgate da ignorância e da inércia. Cabe a todos nós reconhecer o que deve ser mantido e o que deve ser refeito. O realinhamento proposto poderá gerar reação, frustração e perdas, mas tais efeitos serão passageiros se soubermos manter o debate, principalmente afastando-nos da estratégia do avestruz de enfiar a cabeça na areia para não perceber a realidade em volta.

O primeiro desafio é entender que hoje não daremos conta de nossa atuação profissional com estratégias fundadas na primeira metade do século XIX. Às Universidades cabe, na formação e na pesquisa, a oferta dos instrumentos para que todos possam refletir sobre a sua parcela de contribuição, participando de forma ativa e crítica na transformação do sistema técnico e empírico em vigor, que perpetua as dificuldades do cumprimento da função social, para um sistema lógico e científico.

Japiassu (1994, p. 188) afirma que

(...) nenhum discurso é completamente livre, nem tampouco seus resultados podem ser inteiramente objetivos. Isto nos leva a reconhecer que toda pesquisa científica, tanto por seu ponto de partida, quanto por seu ponto de chegada, está profundamente marcada por seu enquadramento sócio-cultural. Ela se apresenta, pois, sobrecarregada de significação ideológica. Deixar de examinar a inserção do conhecimento na prática, seria deixar em silêncio aspectos importantes dos problemas concernentes a seu método. A análise epistemológica só de modo arbitrário pode dissociar uma ciência teórica de sua técnica de aplicação. Elas dão sentido uma à outra. E, em larga escala, determinam-se reciprocamente.

Assim, parece impossível desvincular a preservação da informação do seu forte componente social, cultural e político, logo humano, sem colocar em risco a própria informação, objeto último de todo esforço.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2004.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ATKINSON, Ross W. **Seleção para Preservação**: uma abordagem materialística. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Nacional, 1997.
- CONWAY, Paul. **Preservação no Universo Digital**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Nacional, 1997.
- JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao Pensamento Epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e a Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- JARDIM, José Maria. **Sistemas e Políticas Públicas de Arquivos no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1995.
- JARDIM, José Maria. A Função Social dos Arquivos e o Direito à Informação. 7º Congresso Brasileiro de Arquivologia. Brasília: AAB, 1988.

SILVA, Armando Malheiro da [*et al.*]. **Arquivística** – teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Algumas Reflexões sobre Preservação de Acervos em Arquivos e Bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.

WARD, Philip. **La Conservación del Patrimonio**: carrera contra el reloj. California: Getty Institute, 1986.